



Anais da Assembléia

Nº 63

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Dufflio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Rêny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 48.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zannusso, Carlos Simões e Doutor Rosinha (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação e discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/95.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/95, autoria da Comissão Executiva, indica o nome do Dr. Henrique Naigeboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO ESPECIAL.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/95
A Assembléia Legislativa do
Estado o Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e nós, da Comissão Executiva, promulgamos, nos termos do art. 73, da Constituição do Estado do Paraná e inciso XXXVI, do art. 20, inciso VII, do art. 23 e inciso II, do art. 24, da Resolução 159, de 28 de dezembro de 1990, Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É escolhido o Dr. Henrique Naigeboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, atendendo o que dispõe o art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.95

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Pelo que dispõe o art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, é de exclusiva competência da Assembléia Legislativa, a escolha das cinco primeiras vagas ocorridas após a promulgação da Lei Fundamental do Estado.

Esta escolha tem consonância com o que determina, como competência privativa desta Casa de Leis, o inciso XVII, do art. 54, da Constituição Estadual, citado no art. 53, do ADCT, da Lei Básica do Paraná.

Esta prerrogativa, como é de conhecimento público, foi reconhecida em decisão, recém-exarada, pelo Judiciário.

Assim, fica consolidado não só o direito do Legislativo proceder a escolha, mas o dever de definir, prontamente, a complementação dos Membros do Conselho do Tribunal de Contas do Estado.

De acordo com o § 1º, do art. 77, da Constituição do Estado do Paraná, o ocupante do cargo deve preencher os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro;
- b) ter mais de trinta e cinco anos;
- c) ter menos de sessenta e cinco anos;
- d) ter notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;
- e) ter, mais de dez anos, no exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior; e,
- f) ter idoneidade moral e reputação ilibada.

Os três primeiros requisitos devem ser comprovado objetivamente, pois envolvem motivos de idade e nacionalidade.

Os dois seguintes se completam pela atividade profissional desempenhada pelo candidato, a qual deve ser correlata com a função.

Finalmente, o último exige um acompanhamento de vida e disposição ética.

No caso, o indicado para escolha do Legislativo, o Dr. Henrique Naigeboren, não só preenche, totalmente, o exigido pelo dispositivo constitucional, mas, indubitavelmente, ascendem os parâmetros definidos pela Lei Fundamental.

O Dr. Henrique nasceu em 15 de junho de 1938, em São Paulo/SP, portanto, é brasileiro e logo estará completando 57 (cinquenta e sete) anos de existência. Constatase que, os três primeiros requisitos estão atendidos, pois, o indicado, é brasileiro, tem mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

Quanto aos prescritos nos itens "c" e "d", supra especificados, o Dr. Henrique os atende totalmente, porque tem a seguinte formação profissional:

- Advogado formado em 1970, pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP.

- Economista formado em 1965, pela PUC/SP.

Possui Pós-Graduação em Direito Administra com tese aprovada sobre "Contratos Administrativos", pela PUC/SP, no período de 1978/ 1979.

Ante a formação profissional, do indicado, dificilmente alguém atenderia com tal magnitude os pressupostos exigidos, contudo, ao se comprovar o atendimento do item "e", torna-se mais evidente que o Dr. Henrique supera os requisitos prescritos, para o cargo de Conselheiro do colendo Tribunal de Contas.

O requisito definido no item "e" está a consignar que, o indicado, comprove o exercício, por mais de dez anos, na função ou atividade profissional que lhe tenha exigido a utilização dos conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública.

Entretanto, a comprovação é notória, pois, na sua atividade profissional, o Dr. Henrique veio a desempenhar as funções de:

- Advogado da Prefeitura Municipal de Curitiba e Assessor Jurídico do Departamento de Patrimônio, no período de 1971/1975.

- Assessor Técnico do Prefeito de Curitiba, na gestão do Prefeito Saul Raiz, no período de 1976/1979.

- Assessor Técnico do Prefeito de Curitiba, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, no período de 1979/1983.

- Procurador concursado, da Prefeitura Municipal de Curitiba, desde 1980.

- Procurador Judicial, junto a Procuradoria Geral do Município de Curitiba, no período de 1983/1988.

- Assessor do Prefeito de Curitiba, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, no período de 1975/1978.

- Membro designado para Comissão de

Estudos dos Loteamentos Irregulares de Curitiba, no ano de 1992.

- Membro da Comissão Técnica do Concurso Público de Procurador do Município de Curitiba, no ano de 1992.

- Membro do Comitê Técnico do Décimo Oitavo Encontro de Procuradores Municipais, realizado em Curitiba, no ano de 1992.

- Presidente da Junta Revisora de Enquadramento de Funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba, no ano de 1992.

- Secretário do Governo Municipal da Prefeitura de Curitiba, na gestão do Prefeito Rafael Greca de Macedo, no período de 1993/1994.

- Procurador-Geral do Estado do Paraná, junto ao Tribunal de Contas, exercendo atualmente.

O exercício destas funções traz premente a convicção que, o requisito exigido constitucionalmente, está plenamente atendido, pois, o indicado, a mais de vinte e cinco anos, está a exercer função e desempenha atividades profissionais atinentes, ao pressuposto contido nos incisos III e IV, do art. 77, da Constituição do Estado do Paraná.

Mas o Doutor Henrique além de desempenhar tais atividades veio, para gáudio do ensino paranaense, a desempenhar as seguintes funções docentes:

- Professor titular de Direito Administrativo, no curso de Administração de Empresas da FESP/PR, no período de 1976/1978.

- Professor Titular de Direito Comercial, nos Cursos de Administração de Empresas e Comércio Exterior da FESP/PR, desde 1978 até esta data.

- Professor Designado para proceder exames de validação junto à FESP/PR, dos cursos realizados pela Faculdade de Relações Internacionais e Faculdade de Comércio Exterior do Paraná, no ano de 1977.

- Coordenador do Concurso Vestibular da FESP/PR, em 1977.

- Professor Coordenador do Primeiro Curso de Especialização em Direito Público, do Instituto dos Advogados do Paraná, no ano de 1980.

- Coordenador do Setor de Estágio Supervisionado em Administração de Empresas da FESP/PR, no período de 1982/1990.

- Chefe do Departamento de Administração e Orçamento da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, no período de 1980/1985.

- Coordenador Pedagógico da FESP/PR, desde 1989.

- Vice-Diretor do Instituto de Ciências Sociais do Paraná, eleito para o mandato de 1993/1996.

Além disso, veio a participar de di-

versos cursos, seminários, ciclos de conferências, sobre Direito Administrativo, Processual, Agrário, Tributário e relativo à Administração Pública, os quais seria até cansativo inumerá-los.

Também, o seu denodo e competência fez com que, o indicado, fosse designado membro:

- Do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Curitiba, no período de 1976/1979.

- Da Comissão Técnica de Prevenção e Medidas de Segurança contra Incêndios, no período de 1978/1979.

- Do Conselho Fiscal da COHAB/CT, nos períodos de 1978/1983, 1990/1992 e 1992/1994.

- Da Comissão Permanente de Fiscalização de Serviços de Pronto Socorro da Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 1982/1983.

- Do Instituto dos Advogados do Paraná.

Por tudo isto, fica manifesto que, possivelmente, mais do que ninguém, o Dr. Henrique está a preencher o requisito, de ordem constitucional que exige notório saber, em relação às áreas científicas, que irá utilizar no desempenho da função de Conselheiro de nossa Casa de Contas.

Quanto a sua idoneidade moral e reputação ilibada, senão fosse notória, serve o nosso aval, no que concerne a sua ética, o seu proceder como profissional, como pai, esposo, enfim como ser humano de conduta, da qual não se conhece ou se tem notícia de existir uma nódoa sequer.

Mas, se ainda não for o suficiente, faz acompanhar, o presente, o apoio da expressiva maioria dos Membros deste Legislativo, o que por si só seria, mais do que bastante, para comprovar o atendimento do prescrito no inciso II, do art. 77, da Lei Fundamental do Estado.

Contudo, se ainda, fosse necessário mais provas da reputação granjeada, pelo indicado, podemos encontrá-las junto aos seus alunos que, ao lhe prestarem inúmeras homenagens, expressam, a comprovação da ilibada reputação do Dr. Henrique, pois entre outras, antes de nós, o escolheram como:

- Parainfo em 1982, 1988, 1990, 1991.
- Patrono em 1991 e 1992.
- Nome de Turma em 1992 e 1994.

Por assim o ser, se justifica "in totum", a escolha do Dr. Henrique Naigeboren, como Conselheiro do egrégio Tribunal de Contas do Paraná, instituição que, inenxoravelmente, estará se engrandecendo com a escolha desta Casa de Leis, concretizada na aprovação deste Decreto Legislativo. Por ser de inteira e indispensável justiça."

Senhor Presidente.

Nós, os Deputados que este subscrevem, apoiamos, para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aberta com a aposentadoria do Senhor Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira, o nome do Dr. Henrique Naigeboren. Advogado com pós-graduação em Direito Administrativo, formado em Economia, Professor de Cadeira de Direito da Fundação de Estudos Sociais-FESP, Procurador concursado do Município de Curitiba e atualmente Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Curitiba, 16 de maio de 1995.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, RICARDO CHAB, RENATO ADUR, NEREU ALVES DE MOURA, CLEITON KIELSE, ANTONIO BELINATI, SAMIS DA SILVA, SERGIO SPADA, EDUARDO TREVISAN, NELSON JUSTUS, BETO RICHIA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, AUGUSTINHO ZUCK, ANTONIO ANNIBELLI, ROSSONI, ALBANOR GOMES, RENI BORSATTO, DUILIO GENARI, CAÍTO QUINTANA, CEZAR SELEME, LUIZ CARLOS ZUK, CEZAR SILVESTRI, BASÍLIO ZANUSSO, WALMOR TRENTINI, GERALDO CARTÁRIO, DURVAL AMARAL, NELSON GARCIA, ALGACI TULIO, IRONDY PUGLIESI, TECHI FILHO, ELIO RUSCH, JOSÉ TAVARES, EDSON SILVA LINO, TOTI COLAÇO e 5 ilegíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/95

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão de Constituição e Justiça, objetivando atender o que dispõe o inciso XI, do § 2º, do art. 34, da Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi enviado o presente Decreto Legislativo nº 006/95, de autoria da Comissão Executiva, que visa obter deliberação desta Assembleia Legislativa, no que tange a escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, atendendo a disposição do art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, que encerra competência privativa do Legislativo para escolha das cinco primeiras vagas ocorridas, após a promulgação da Lei Fundamental do Estado, na Casa de Contas do Paraná.

A iniciativa do Projeto de Decreto Legislativo, originou-se em documento de apoio constante do processo ao nome do Dr. Henrique Naigeboren, tendo como signatários mais de quarenta e seis Deputados.

No projeto, além da Comissão Executiva, assinaram todos os demais membros da Mesa da Assembleia.

Lido no expediente do dia 23 de maio próximo passado, atendendo o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno, foi constituída uma Comissão Especial, a qual

se utilizou da prerrogativa constante do parágrafo único, do artigo supra mencionado.

Analisado o nome, emitiu a Comissão Especial, parecer conclusivo recomendando a aprovação da escolha do Dr. Henrique Naigeboren, para compor o Conselho Maior do Colendo Tribunal de Contas do Estado.

Os pressupostos exigidos pela Lei Fundamental do Estado para que o ocupante possa ser nomeado como Conselheiro do Tribunal de Contas, estão enumeradas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 77. Tais requisitos foram analisados pela Comissão Especial e, POR UNANIMIDADE, concluíram pela APROVAÇÃO do nome indicado pelo projeto de decreto legislativo. Portanto, a escolha atende o definido na Constituição.

Isto posto, fica manifesto que todas as etapas procedimentais, estão respaldadas na Constituição e nos dispositivos regimentais, razão para se concluir que nenhuma pécha poder-se-á atribuir ao Projeto de Decreto Legislativo nº 006/95.

Por assim o ser, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto, concluindo pela escolha do Dr. Henrique Naigeboren, para ser nomeado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO ESPECIAL

P A R E C E R:

Por designação do douto Plenário da Assembléia Legislativa, acha-se esta Comissão reunida para examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/95, de iniciativa da Mesa Executiva, com apoio de 46 (quarenta e seis) Senhores Deputados, que indica o nome do Doutor Henrique Naigeboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Incumbido da relatoria, passo, pois, a oferecer parecer:

A matéria foi encaminhada consoante dispõe o Art. 54, XVII da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do mesmo Diploma.

Os requisitos para preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas estão fixados no Art. 77, § 1º, da Constituição do Estado do Paraná:

- a) ser brasileiro;
- b) ter mais de trinta e cinco anos;
- c) ter menos de sessenta e cinco anos;
- d) ter notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;
- e) ter mais de dez anos no exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior; e

f) ter idoneidade moral e reputação ilibada. Nascido a 15 de junho de 1938, em São Paulo / SP, o indicado é brasileiro, tem mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade. Logo atendidos estão os três primeiros requisitos.

Advogado, formado em 1970 e registrado na Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Paraná, sob nº 4827, o Doutor Henrique Naigeboren é, ainda, economista formado em 1965 e tem pós-graduação em Direito Administrativo.

Ouvido por esta Comissão, o indicado demonstrou que não apenas tem privilegiada formação profissional, atendendo àqueles requisitos alternativamente fixados no item "d", como os supera, vez que efetivamente acumula conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública. A documentação do indicado faz prova irrefutável de que, há mais de vinte e cinco anos, está no pleno exercício de atividades profissionais, satisfazendo o pressuposto do item "e".

A respeito da idoneidade moral e da reputação ilibada, a esta Comissão só cabe reiterar os termos da justificativa apensa ao projeto de decreto em epígrafe: "não fosse notória, serviria o nosso aval, no que concerne à sua ética, ao seu proceder como profissional, pai, esposo, enfim, como ser humano de conduta sobre a qual não se tem notícia de existir uma nódoa sequer". Bem é conhecida a seriedade, a dedicação e o denodo com que o Doutor Henrique Naigeboren tem se desincumbido das elevadas funções que lhe foram e são confiadas, como advogado, economista, servidor público e professor universitário.

Isto posto, verificado que o indicado preenche, indiscutivelmente, todos os requisitos para o exercício do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, outra não poderia ser a nossa conclusão senão a de recomendar ao Plenário da Assembléia Legislativa a aprovação do projeto de decreto em tela.

O parecer é, pois, favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.95.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

GAZETA DO PARANÁ

Excelentíssimo Senhor
Deputado Anibal Khury
DD Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

José Marcos de Almeida Formighieri, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Salgado Filho, nº 2727, em Cascavel, recorre ao Plenário da Assembléia Legislativa da decisão da Mesa Executiva que indicou o nomeado Doutor Henrique Naigeboren para a vaga de Conse-

lheiro do Tribunal de Contas, como segue.

Foram três os inscritos: o recorrente, o indicado e Tércio Albuquerque. Dá-se, entretanto, que por atípica, a hipótese impermitia a simplista solução encontrada pela Mesa. Não há texto algum justificatório à indicação, que exigia regramento prévio.

Com efeito, a previsão existente é a do Capítulo VI do Título V do Regimento Interno da Casa - iniciando pelo artigo 216, de manifesta inaplicação ao caso concreto: "recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar."

Trata-se, indubitavelmente, de texto relacionado com indicações do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

É que na competência do Chefe do Executivo está o de indicar dois sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas (Constituição do Estado do Paraná, art. 77, § 2º, I), mas não na competência da Mesa da Assembléia de indicar o restante. A democrática decisão de Vossa Excelência, em abrir inscrições aos interessados não supriu a omissão regimental, no caso específico, quanto à definição de regras para a posterior indicação.

Torna-se necessário, assim, um regramento que permite a indicação nos casos de vagas que a Assembléia Legislativa preencha. Não era dado à Mesa assumir poderes que não recebeu e pura e simplesmente rejeitar o nome de um concorrente e indicar o do outro.

Nula, pois, irremediavelmente nula, a indicação. Além disso, o indicado é cunhado do Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado (fato notório, que independe de prova e é de conhecimento de todos os Senhores Deputados).

Confia, assim, no provimento deste recurso, por decisão que anule a decisão da Mesa e constitua comissão que elabore as normas regimentais suplementares para a - repete - atípica escolha.

Curitiba, 24.05.95.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

INTERESSADO: José Marcos de A. Formighieri
PROTOCOLOS: 5184/95 e 5185/95

ASSUNTO: Recurso ao Plenário ante indicação pela Mesa Executiva do nome do Dr. Henrique Naigeboren para vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

DAS RAZÕES DO RECURSO

Decidiu, o Dr. José Marcos de Almeida Formighieri, interpor recurso ao douto Plenário, contra ato "... da Mesa Executiva que indicou o nome do Dr. Henrique Naigeboren para a vaga de Conselheiro do Tri-

bunal de Contas..."

Estriba-se, o recorrente, no pressuposto da necessidade de "... um regramento que permite a indicação nos casos de vagas que a Assembléia Legislativa preencha. Não era dado à Mesa assumir poderes que não recebeu e pura simplesmente rejeitar o nome de um dos concorrentes e indicar o do outro".

Por tal define como nula a indicação, consignando, que é "atípica escolha".

Também enseja requerimento para que haja "... suspensão da tramitação do respectivo processo, para que não se cometa mais uma nulidade invencível".

NO MÉRITO

Atendendo o que dispõe o art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa, por deliberação plenária, decidiu abrir inscrições de candidatos, visando escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Com as inscrições, a Comissão Executiva, veio a receber documento, cópia anexada, assinado por mais de 45 (quarenta e cinco) Deputados, expressando:

"Nós, os Deputados que este subscrevem, apoiamos, para a vaga aberta de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aberta com aposentadoria do Senhor Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira, o nome do Dr. Henrique Naigeboren ..."

Ante ao contido nos dispositivos regimentais, a Comissão Executiva, no intuito de iniciar o processo, apresentou Projeto de Decreto Legislativo, atendendo prévia aspiração expressada pela maioria absoluta dos membros desta Casa de Leis.

Apresentado o projeto, este veio obter a adesão de outros Deputados, que anteriormente não haviam assinado o documento supra citado e, por decisão unânime do douto Plenário, foi constituída, atendendo dispositivo regimental, uma Comissão Especial, para analisar e opinar no prazo definido.

Ressalte-se que a Comissão constituída, julgou necessário, se utilizar prerrogativa do parágrafo único, do art. 216, do Regimento Interno.

Assim, a Comissão Executiva, a Mesa e, por lógica absoluta, o Plenário, não vieram praticar nenhum ato que se possa inserir pecha de ilegalidade, espécie que, inclusive, não vem demonstrada nas razões de recurso. Não consigna, o recorrente, qual o dispositivo que foi desobedecido no trâmite processual.

Ainda, o recurso intenta por obter decisão, em Plenário. Ora, a escolha só poderá ser feita por deliberação do colegiado, inclusive, em todos os procedimentos para andamento do processo. Por consequen-

te, todos os atos da Comissão Executiva e da Mesa, não só no presente caso, passam, necessariamente, pelo crivo da decisão dos Senhores Deputados, independente de recursos ou requerimentos.

Do mesmo modo, levar a Plenário o pedido do requerente, é manifesto "*bis in eadem*", porque se está a pretender que os Senhores Parlamentares decidam novamente o que, previamente, já decidiram, por unanimidade; no caso, dar andamento ao processo de escolha de Conselheiro do colendo Tribunal de Contas. Portanto, o poder soberano das decisões plenárias, não podem estar sendo repetidas, por decisão desta Presidência.

Também, os dispositivos regimentais, não estão a prever a possibilidade de que seus atos "*interna corporis*", sejam passíveis de recursos, quando interpostos por quem não compõem o seu colegiado.

Em suma, nada embasa e/ou fundamenta o recurso e, por consequência, o requerimento.

"*Bis de eadem re, ne sit actio*" - Não haja ação, duas vezes, sobre a mesma causa.

DECISÃO

Ante ao exposto e por mais que, ainda, se poderia aduzir, faz-se necessário decidir, e por tal decido pelo arquivamento dos protocolos n.ºs 5184/95 e 5185/95, ora juntados, por tratar da mesma matéria, por total carência de amparo legal e/ou regimental.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.05.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

Inicia-se o processo legislativo para a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas indicado pela Mesa. A votação será por escrutínio secreto. E ao ser chamado pelo Senhor 1.º Secretário o Deputado deverá se dirigir à Mesa onde receberá sobrecarta e a seguir dirigir-se à cabina indevassável, à direita da Mesa, em cujo interior encontrará as cédulas de votação contendo para Conselheiro do Tribunal de Contas, Henrique Naigeboren ou a cédula não.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo deverão votar com cédula para Conselheiro do Tribunal de Contas, Henrique Naigeboren e os que não forem favoráveis poderão usar a cédula não ou votar em branco.

Inicia-se o processo de votação.

O SR. ANGELO VANHONI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, autoridades do Poder Executivo presentes, Senhores Deputados, hoje a Assembléia Legislativa do Paraná procede a es-

colha de um membro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Os Tribunais de Contas no nosso país e na República na minha avaliação e na avaliação do Partido dos Trabalhadores tem uma finalidade importantíssima que é a finalidade de fiscalizar e fazer todo o processo de auditoria das contas públicas, tanto do Poder Executivo, quanto do Judiciário e do Poder Legislativo.

No entanto no nosso país para o aperfeiçoamento democrático de que este Poder tenha a imparcialidade e a independência necessária por sua atribuição constitucional, em nosso ver precisam ser feitos alguns aperfeiçoamentos democráticos. Hoje a Assembléia Legislativa, através da Comissão e da Comissão Executiva, da Comissão Especial, propõe a indicação do Senhor Henrique Naigeboren, a membro Conselheiro do Tribunal de Contas. Este cargo é um cargo vitalício e a vitaliciedade deste cargo é exatamente garantida nos termos da Constituição para que esta função tão importante dos membros conselheiros do Tribunal de Contas não esteja sujeita a nenhuma injunção por parte de nenhum Poder da sociedade civil e da própria sociedade institucionalizada. É a mesma garantia que a magistratura tem, a sua vitaliciedade, justamente para dar as garantias necessárias para que a independência e a imparcialidade dos julgamentos proferidos pelos membros do Tribunal de Contas não possa ser arranhado.

No entanto, no nosso entendimento há um vício, há uma distorção grave na maneira como se constitui a própria natureza do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dos demais Tribunais de Contas dos outros Estados, da Nação e também o Tribunal de Contas da União.

Ao garantir e ao estabelecer na Constituição que a nomeação dos membros Conselheiros será decidida pelo Poder Executivo e pela Assembléia Legislativa, isto é pelos dois Poderes, com mandato popular, sabemos disto, Poderes extraídos do mandato popular, mas as prerrogativas deste Poder de garantir e de nomear os membros dos Conselhos que fiscalizarão as próprias contas dos Poderes Executivo e Legislativo, no nosso entendimento fere de maneira mortal a imparcialidade e a independência e autonomia do Tribunal que teria uma função das mais relevantes para o aperfeiçoamento democrático e a fiscalização das contas públicas no nosso país.

Levando-se em conta isto, Senhores Deputados, nós ao utilizarmos a Tribuna, queremos fazer uma ressalva: em que pese que o Senhor Henrique Naigeboren tenha parentesco distante com o atual Governador, em que pese que essa escolha feita pela Assembléia Legislativa, questionada por

nós do ponto de vista da natureza e da essência do próprio Tribunal de Contas, como ele se constitui na forma da Constituição vigente, nós queremos ressaltar que a figura do Senhor Henrique Naigeboren de nossa parte não merece nenhum óbice, pelo contrário.

Se fôssemos analisar os méritos, e se tivéssemos que instituir critérios para um concurso público para a constituição dos membros do conselho do Tribunal de Contas, tranqüilamente o Senhor Henrique Naigeboren pela sua capacidade, pela sua capacitação profissional, preencheriam esses requisitos.

Então, gostaríamos de deixar que o nosso voto, que será o voto nulo, será o voto branco, será a nossa abstenção neste processo, não se restringe ao mérito da indicação. Mas tem muito mais a questão do conteúdo no que diz respeito a natureza do processo como este Tribunal tão importante para o aperfeiçoamento democrático da República está constituído, e ao nosso ver necessita de um aprofundamento e um aperfeiçoamento democrático.

Era isso Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na condição de Relator do Projeto de Decreto Legislativo baixado pela douta Mesa desta Casa, cumpre-me neste momento prestar a este douto Plenário algumas informações que julgo imprescindíveis para a formação do juízo dos Eminentíssimos Deputados nesta importantíssima votação que esta Casa, com base na Constituição Federal e Estadual, vai proceder nesta tarde.

Preliminarmente gostaria de pedir a atenção dos nobres colegas para um determinado fato, sou um dos Deputados mais antigos desta Casa, e desde que aqui cheguei, há mais de 17 anos, pude testemunhar a escolha democrática de membros do Tribunal de Contas do nosso Estado e, não me lembro de nenhuma delas que esta casa tivesse tido o excesso de zelo como teve na análise dos nomes, mais especificamente do nome do homem indicado, Doutor Henrique Naigeboren. E quando falo em excesso de zelo porque o Regimento da Casa não é imperativo, ele é facultativo quando fala na arguição do indicador. E esta Casa, preocupada com a responsabilidade dessa indicação ao receber da Comissão Executiva, procurou através de cinco de seus membros que compunham a Comissão Especial, dentre os quais este que vos fala, procurou, primeiramente convidar o indicado para uma arguição, perante a Comissão.

É importante que se repita, é a primeira vez, nos últimos anos que isso acontece. E confesso, como relator do Projeto de Decreto Legislativo, conhecendo a figura do Dr. Henrique Naigeboren, por ouvir dizer, e conhecendo a sua vida com excelentes informações, mas não o conhecia, até então, pessoalmente.

Confesso, repito, que ele causou, não somente a este Deputado, mas a Comissão como um todo, excelentes impressões. Se não bastasse seu currículo que supera as exigências da Constituição, supera o que impõe o Regimento, ele, pessoalmente nos impressionou a todos. Não só pela sua maneira equilibrada, pela imagem serena que passou para a Comissão, mas, sobretudo, pelo seu currículo, pelas informações profissionais, pela sua experiência nos diversos cargos públicos que ocupou.

Portanto, nobres colegas, na condição de relator desta matéria entendi que era meu dever vir aqui, neste Plenário dar este depoimento. Primeiro porque nós estamos exercitando uma prerrogativa nossa, que nos foi concedida pela bondade generosa do povo do Paraná, através da Constituição de 88 e da Constituição do Estado de 89, é prerrogativa deste Poder, deste Parlamento, analisar indicações dos componentes do egrégio Tribunal de Contas do Paraná.

É bom que se diga que perdemos um pouco as nossas prerrogativas, quando a partir de uma determinada decisão do Supremo, os cargos de auditores, do mesmo Tribunal, que nos termos da nossa Constituição são substitutos dos Conselheiros, não mais serão preenchidos com a indicação, com a participação desta Casa. Entendo que isso, datíssima vênica, da decisão dos Tribunais Superiores, é uma usurpação do direito elementar, deste Poder, em participar da escolha dos membros de um Tribunal que é órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Mas especificamente no que diz respeito aos sete conselheiros que compõem o Tribunal de Contas do Estado, cabe a esta Casa analisar, discutir e votar as indicações, e é exatamente o que estamos fazendo, nesta hora. Estamos analisando aspectos de constitucionalidade, de juridicidade, de técnica legislativa e de uma questão pessoal, porque a Constituição, quando diz respeito a uma matéria dessa natureza ela diz que o indicado tem que preencher alguns requisitos, dentre eles o indicado tem que ter mais de 35 anos e menos de 65, e o Dr. Henrique Naigeboren está dentro dessas exigências da Constituição. Ter notório saber jurídico e reputação ilibada, o Dr. Henrique Naigeboren supera estes notórios saber jurídicos, quando ele comprova, através de documentos no Projeto de Decreto Legislativo, que ele tem vários cursos de nível superior e vastíssima ex-

periência nas áreas de Direito, Contabilidade e Administração Pública.

Tem que ter mais de 10 anos de comprovação profissional, e S.Exa. tem mais de 20 anos de exercício profissional, conforme exige a Constituição que nós aqui votamos.

Portanto, Senhor Presidente e nobres colegas, esta Casa não tem outro caminho, outra alternativa, a menos numa posição como a do PT que nós compreendemos e respeitamos, a não ser optar pela aprovação do nome do ilustre advogado, Henrique Naigeboren.

E é exatamente o que venho, Senhor Presidente, nesta tarde a exemplo do que fiz na Comissão Especial, dizer que meu voto será pela aprovação do seu nome e conclamar esse plenário que siga este nosso posicionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Iria apenas encaminhar a votação, mas aproveito a oportunidade, já que V.Exa. me convocou para fazer uso da palavra para comunicar ao plenário, que após conversar com a Bancada do PP nesta Casa, que é composta de 10 Deputados, há um consenso, há unanimidade com relação aos nossos parlamentares, no sentido de aprovar a indicação do Dr. Henrique Naigeboren para integrar o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Isso porque não abrimos mão da prerrogativa constitucional, conforme prevê o próprio Artigo 53 do Ato das Disposições Transitórias que dá a esse poder o direito e o dever de indicar membros do Tribunal de Contas do Paraná, tendo em vista que lendo atentamente o relatório da Comissão Especial designada para sabatar, analisar os documentos apresentados pelo candidato, a Comissão elaborou um parecer muito bem fundamentado, e de acordo com esse parecer, conforme determina, exige o Artigo 77 parágrafo I da Constituição do Estado do Paraná, Dr. Henrique preenche tranquilamente e com mérito todos os requisitos, o de ser brasileiro, ter mais de 35 e menos de 65 anos de idade, ter notório saber jurídico e conhecimentos econômicos, financeiros, contábeis e administrativos, ter mais de 10 anos no exercício da função e efetiva atividade profissional que exige os conhecimentos mencionados no item anterior. Além do item "F" que exige do candidato ter idoneidade moral e reputação ilibada.

Confesso aos nobres parlamentares que não conhecia o Dr. Henrique antes dele ser candidato a essa vaga do Tribunal de Contas, no entanto obviamente buscando infor-

mações a respeito da sua pessoa, do seu trabalho profissional, da sua formação profissional, analisando detidamente o relatório elaborado pela Comissão Especial, concluímos de que o Dr. Henrique merece o voto e o apoio de toda essa Casa, mas a Bancada do PP através de sua liderança anuncia o voto dos 10 parlamentares pela aprovação do candidato para a vaga do Tribunal de Contas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Senhores Deputados, os que forem favoráveis votarão com a cédula para Conselheiro do Tribunal de Contas Henrique Naigeboren, os que forem contra com a cédula não e a opção ainda dos votos em branco.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Precede a Chamada Nominal.

É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, abstenho-me do voto.

(Continua a chamada nominal)

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, me abstenho do voto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A mesa, data vênha, respeitando a vontade de V.Exa. e do Deputado Vanhoni, não vai constar como abstenção. A votação é secreta. Se V.Exas. quiserem votar em branco, a cabina está à disposição.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, diante do esclarecimento, a Bancada do PT vai votar em branco.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa apela a V.Exas. que peguem o envelope.

(Continua a chamada nominal)

O SR. JOCELITO CANTO - (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, para que não haja dúvidas e como nas trevas lá existem - para usar um palavreado bem popular, muitos daqueles que se escondem nas trevas para tentar perseguir aqueles que trabalham e que são homens honestos, nós queremos aqui, em nome do nosso partido, justificar o nosso voto e atendendo até um pedido de V.Exa. - Sr. Presidente, vamos votar juntamente com V.Exa. e juntamente com o Governador e com a nossa Bancada. Votamos no Conselheiro Henrique. Gostaria de justificar esse voto para que não haja dúvidas.

Porque nas trevas está cheio de gente mal-dosa.

(Continua a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram cinquenta e um (51) Srs. Deputados. Designo comissão composta pelos Srs. Deputados Algaci Túlio, Irondi Pugliesi, Nelson Justus, Caíto Quintana, Péricles Mello e Elio Rusch para a comissão escrutinadora.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - A Presidência da Casa comunica que após a apuração dos votos, e após a apuração do resultado, convoca os Srs. Deputados Irineu Colombo, Sérgio Spada, Ricardo Chab, Valmor Trentini, Eduardo Trevisan, Durval Amaral para logo após essa Sessão instalarem a CPI da Prostituição Infantil do Estado do Paraná na Sala das Comissões, após a Sessão.

E o Senhor Presidente, o Senhor Deputado Geraldo Cartário, comunica que às 17:00 horas o empresário Klabin estará recebendo o Título de Cidadão Honorário neste Parlamento, convoca também os Srs. Deputados para estarem presentes a esta Sessão Solene.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 51 Srs. Deputados, pela aprovação do Sr. Henrique Naigeboren 47 votos, pela rejeição 1, (um) voto, em branco 3 votos.

O Plenário aprovou a indicação da Mesa com ampla maioria, do Dr. Henrique Naigeboren.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Anunciado o resultado da votação para escolha do nome do novo Conselheiro ao Tribunal de Contas do Estado, gostaria, como líder do Governo nesta Casa, fazer um agradecimento aos Senhores Deputados que, nesta sessão, sufragaram o nome do Dr. Henrique Naigeboren para ocupar aquela vaga.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar este Poder, pela qualidade da escolha que acaba de fazer. O curriculum do Dr. Henrique foi exaustivamente estudado pelos Senhores Deputados, quer na comissão especial que tive a honra de presidir, quer na Comissão de Constituição e Justiça e, finalmente, neste Plenário.

Sem dúvida alguma, a escolha recai sobre um nome que reúne as melhores condições para o exercício das elevadas funções de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Advogado, economista, procurador do

Município de Curitiba, Servidor Público e Professor Universitário, o Dr. Henrique Naigeboren demonstrou, ao ser ouvido pela Comissão Especial, que não apenas tem privilegiada formação profissional, atendendo aos requisitos alternativamente fixados pela Constituição Estadual, como os supera, vez que efetivamente acumula conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública.

Como amigo do escolhido e seu colega quando da administração municipal de Curitiba, ofereço testemunho da idoneidade moral e da reputação ilibada do Dr. Henrique Naigeboren, contra quem não se tem notícia de uma nódoa sequer.

O Dr. Henrique Naigeboren é um homem cuja carreira profissional está, sem dúvida alguma, fundada em méritos próprios. Cunhado do Governador do Estado, pelo casamento com Dona Clarita, o Dr. Henrique jamais deixou que o parentesco afetasse, de qualquer forma, seu desempenho nas muitas atribuições que já lhe foram confiadas.

Sei bem disso porque, como assessor da Prefeitura de Curitiba, nas 22 vezes que assumi o Executivo da capital paranaense, convivi muito aproximadamente com o escolhido, que se revelou um servidor zeloso, dedicado, competente, estudioso e honesto.

Finalmente, Senhores, quero dizer da admiração pessoal que tenho pelo Dr. Henrique, um ser humano que é capaz de se emocionar e de ruborizar, porque cultiva os mais preciosos valores da dignidade e da honra.

Ao fazer esta escolha, a Assembléia Legislativa credencia um nome respeitável para integrar o Tribunal de Contas e, principalmente, assegura à sociedade paranaense um padrão de seriedade, imparcialidade e competência na responsabilidade do preenchimento daquela vaga.

Nos próximos dias, logo que começar a desenvolver as funções de Conselheiro do Tribunal de Contas, tenho certeza inteira de que o Dr. Henrique confirmará o voto de confiança recebido dos Senhores Deputados, porque além do excelente preparo, é homem de invejável determinação e capacidade.

Muito obrigado e parabéns pela escolha.

No momento em que esta Casa faz essa indicação, no momento em que esta Casa pelo voto democrático permite até aqueles contrários o direito de se expressarem. Quero aqui em nome da liderança do PDT, em nome da liderança do PFL, do PTB, do PPR, dos partidos PSDB que formam o bloco de apoio ao governador do Estado. Em nome do PP que se manifestou através do Deputado Sérgio Spada, em nome do Deputado Tavares enfim em nome de todos aqueles que vieram a esta sessão hoje cumprimentá-los pela

escolha.

Não é o cunhado do Governador Jaime Lerner que a Assembléia escolheu, mas é um homem capacitado, é um homem inteligente, é um homem que demonstrou ao passar pela sabatina desta Casa os seus conhecimentos técnicos a sua probidade e a sua inteligência.

Parabenizo a todos, cumprimento-os pela maneira como se portam nesta tarde, mas uma vez a Assembléia se valoriza na escolha de uma pessoa competente, na escolha de uma pessoa preparada para exercer essa função, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Segundo Secretário fará a leitura do Ato que indica o Dr. Henrique Naigeboren.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (lê):

"DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/95

Data: 06 de junho de 1995

SUMULA: Indica o nome do Dr. Henrique Naigeboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É escolhido o Dr. Henrique Naigeboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, atendendo o

que dispõe o artigo 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.06.95.

(a) ANIBAL KHURY - Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por 5 minutos, para que os Senhores Deputados possam cumprimentar o novo Conselheiro do Tribunal de Contas.

(Reaberta a Sessão)

A Mesa convoca os Senhores Deputados para a Sessão Solene que irá se realizar às 17:00 do dia de hoje, em que será homenageado com o título de Cidadão Honorário do Paraná, o Sr. Horácio Klabin.

Comunica que a CPI dos Menores deve-se reunir nessa tarde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 07 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 023, 090, 091, 166, 168, 173, 179 e 199/95.

Levanta-se a sessão.